

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP/2026
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTOS - DAE
SANT'ANA DO LIVRAMENTO – RS

INTRODUÇÃO:

Nos termos do art. 6º, inciso XX, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o Estudo Técnico Preliminar (ETP) constitui documento integrante da fase inicial do planejamento da contratação pública, destinado a caracterizar o interesse público envolvido, bem como a indicar a solução mais adequada ao atendimento da necessidade identificada. O ETP serve de subsídio para a elaboração do Termo de Referência (TR) ou do Projeto Básico (PB), conforme o caso, desde que constatada a viabilidade da contratação.

O ETP tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda registrada no Documento de Formalização da Demanda (DFD), presente no art. 72, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar a tomada de decisão e o prosseguimento do respectivo processo de contratação.

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS:

Identificação do Processo: **2026/ 88**

Área técnica: **Setor de Laboratório**

Requisitante: **Marcelo Madruga Righi**

2. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO:

Não existe designação de equipe de planejamento específica para a contratação dos serviços.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Trata-se de prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, aquele cujo modelo de execução contratual exige que o contratado não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos, conforme definição prevista no inciso XVI, alínea b, do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021.

É necessário a remoção constante dos seguintes resíduos:

- Areia contaminada da caixa de areia ou desarenador e que frequentemente vem misturado com matéria orgânica e contaminantes sanitários
- Lodo anaeróbico dos leitos de secagem das Estações de Tratamento de Efluentes ETEs.
- Resíduos Classe I, resíduos perigosos que podem apresentar riscos devido a características como inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade e patogenicidade.

A contratação de empresa para prestação destes serviços se faz imprescindível por tratar-se de serviço contínuo e indispensável para o atendimento do interesse público e continuidade dos serviços públicos, sendo necessária a terceirização tendo-se por fundamento o fato deste município não possuir os equipamentos e os funcionários necessários e imprescindíveis para a realização do respectivo serviço, bem como não ter disponível uma área para a destinação final.

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Os serviços objeto da licitação são de caráter continuados, compreendendo o fornecimento de mão-de-obra e equipamentos necessários à execução dos serviços, conforme as especificações técnicas e estimativas.

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a ser contados da data de assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado por interesse das partes, por iguais e sucessivos períodos, respeitando a vigência máxima decenal, conforme o Artigo 107 da Lei N.º 14.133/21, desde que os serviços estejam sendo prestados dentro dos padrões de qualidade exigidos, e os preços e as condições sejam vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

Durante a execução contratual, a Fiscalização do DAE ou o Gestor Contratual poderá NOTIFICAR a empresa prestadora dos serviços, a qualquer tempo, com a finalidade de solucionar quaisquer problemas relacionados ao objeto da contratação, sem ônus para a contratante. A empresa deverá atender à solicitação da CONTRATANTE em até 72 (setenta e duas) horas contadas do recebimento da notificação, sob pena de aplicação das penalidades previstas.

A contratada deverá estar enquadrada no CNAE – Código Nacional de Atividade Econômica para: Coleta de resíduos não-perigosos, Coleta de resíduos perigosos, Transporte rodoviário de produtos perigosos, Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional bem como ser cadastrada e estar regular no Sistema de emissão de MTR – Manifesto de Transporte de Resíduos, junto ao INEA.

Será obrigação da contratada, a gestão dos manifestos de transporte de resíduos, MTR a ser emitidos, bem como a apresentação dos Certificados de Destinação Final.

Os motoristas da contratada deverão possuir de habilitação exigidas para cada tipo de veículo utilizado no contrato.

A operação de carregamento dos resíduos no caminhão que irá efetuar o transporte será de responsabilidade da Contratada.

Deverá ser apresentada os seguintes licenciamentos ambientais pertinentes ao objeto e serviços dessa contratação

- Licença de operação para transporte rodoviário de resíduos provenientes de sistemas de tratamento, coletores de esgoto sanitário (resíduos não perigosos – Classe IIA e IIB).
- Licença de operação para transporte rodoviário de resíduos perigosos Classe I.
- Cadastro técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras (CTF/APP).
- Licença Ambiental de operação das unidades de recebimento dos resíduos.

Os empregados da CONTRATADA deverão se apresentar para a realização dos serviços uniformizados e portando documento de identificação. Além disso, deverão utilizar equipamentos de proteção individual (EPI'S) durante a prestação de serviços a eles designados.

Respeitar as Normas Brasileiras - NBR da Associação Brasileira de Normas Técnicas pertinentes a cada área de atuação.

Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO:

Para análise dos preços foi priorizada a obtenção de informações de fontes no Estado do Rio Grande do Sul. Foram encontrados 3 orçamentos de licitações no Estado do Rio Grande do Sul. Para o objeto em questão foi realizado pesquisa de mercado de acordo com os parâmetros da Lei Federal nº 14.133/2021, no art. 23, inciso I:

Item	Descrição	UNID	ORÇ. 01	ORÇ. 02	ORÇ. 03	MÉDIA
1	DISPOSIÇÃO FINAL DE LODO DO TRATAMENTO DE ESGOTO	M3	R\$ 500,00	R\$ 580,00	R\$ 590,00	R\$ 556,66
2	DISPOSIÇÃO FINAL DE AREIA CONTAMINADA	M3	R\$ 500,00	R\$ 550,00	R\$ 599,00	R\$ 549,67
3	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS CLASSE I	M3	R\$ 500,00	R\$ 590,00	R\$ 599,00	R\$ 563,00

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

A necessidade de contratação de uma empresa para a prestação de serviços continuados de retirada e destinação final de areia contaminada, lodo e resíduos classe I é crucial para garantir a qualidade e a funcionalidade dos sistemas de saneamento básico na região.

Os serviços deverão ser executados conforme demanda do DAE, e compreendem transporte dos resíduos para unidades de tratamento e destinação final de resíduos, devidamente licenciadas pelo órgão ambiental competente.

A operação de carregamento dos resíduos no caminhão que irá efetuar o transporte será de responsabilidade da Contratada. O controle de peso de cada caminhão deverá atender às normas e regulamentos das estradas e rodovias. Qualquer notificação relacionada a excesso de peso será de responsabilidade da contratada. A disposição final do lodo deverá ser em aterros sanitários licenciados para o recebimento e operação, especificamente para o tipo e quantidade de resíduo gerado. A empresa contratada efetuará o transporte obedecendo rigorosamente às normas técnicas aplicáveis, especificamente a NBR 13.221/2017.

7. ESTIMATIVA DA QUANTIDADE E VALOR DA CONTRATAÇÃO:

ITEM	CÓD	DESCRIÇÃO	UN	QTD	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	19115	DISPOSIÇÃO FINAL DE LODO DO TRATAMENTO DE ESGOTO	M3	200	556,66	111.332,00

2	19116	DISPOSIÇÃO FINAL DE AREIA CONTAMINADA	M3	500	R\$ 549,67	274,835,00
3	18629	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS CLASSE I	M3	10	R\$ 563,00	5.630,00
VALOR TOTAL (R\$):						391.797,00
VALOR ESTIMADO DESTA CONTRATAÇÃO: R\$ 391.797,00 (trezentos e noventa e um mil setecentos e noventa e sete reais)						

Tabela 1: Resumo de detalhamento do objeto.

8. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual – PCA/2026, conforme detalhamento a seguir:

- a) **Id PCA PNCP:** 96041330000102-0-000001/2026
- b) **Data da publicação no PNCP:** 2/9/2025
- c) **Local:** Sant'Ana do Livramento – RS
- d) **Fonte:** Departamento de Água e Esgotos – DAE
- e) **ID do(s) item(ns) no PCA/2026:** 224, 225, 1372.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:

Os serviços apresentados são correlatos e devem ser geridos e executados pela mesma empresa, caso contrário, poderia implicar uma complexa e desnecessária demanda para os fiscais técnicos, uma vez que os serviços deixariam de apresentar um padrão de qualidade. Cabe ressaltar também que o não parcelamento dos serviços obras é mais satisfatório do ponto de vista de eficiência técnica, por manter a qualidade do investimento, haja vista que o gerenciamento permanece o tempo todo a cargo de um mesmo administrador, oferecendo um maior nível de controle pela Administração na execução das obras e serviços, cumprimento de cronograma e observância de prazos.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

Não há outra contratação que contenha correlação ou interdependência com a presente contratação.

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO:

A presente contratação está alinhada ao planejamento anual da autarquia, atendendo às necessidades identificadas pelos setores demandantes quanto à destinação final ambientalmente correta dos resíduos das ETEs. A aquisição dos serviços contribui para o cumprimento das diretrizes ambientais federais e estaduais.

A demanda também está coerente com o planejamento orçamentário vigente, estando prevista no levantamento de necessidades para o exercício, e compatível com os recursos disponíveis. Assim, verifica-se que a contratação se encontra integrada aos objetivos institucionais e ao planejamento administrativo da organização.

12. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO:

Pretende-se com a presente contratação garantir a destinação final ambientalmente correta para os resíduos gerados nas Estações de Tratamento de Efluentes ETEs. Com isso, busca-se alcançar a redução dos impactos ambientais provenientes da má gestão de resíduos, contribuindo diretamente para a saúde pública e o bem-estar da população

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS:

A administração tomará as seguintes providências logo após a assinatura do contrato:

- Definição dos servidores que farão parte da equipe de fiscalização das obras;
- Indicar servidores devidamente capacitados para exercer a fiscalização;
- Acompanhamento rigoroso das ações previstas para a realização das adequações e melhorias no objeto a ser contratado.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS:

Observar a Resolução CONAMA nº 20 de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos que gerem ruído no seu funcionamento.

Os impactos negativos ocorrem quando as alterações causadas geram riscos ao ser humano ou para os recursos naturais existentes. Por outro lado, basicamente, os impactos são considerados positivos quando as alterações resultam em melhorias das condições de interação entre o ser humano e o meio ambiente. A presente contratação visa gerar impactos ambientais positivos, uma vez que haverá previsão da responsabilidade ambiental da futura contratada, que todo o material e equipamento a ser fornecido deverá considerar a composição, características ou componentes sustentáveis, atendendo, dessa forma, o disposto na Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, Capítulo III, artigo 5.º, I, II, III e § 1º, exceto aqueles em que não se aplica a referida norma. Os resíduos produzidos durante a execução dos trabalhos deverão ser gerenciados de acordo com a Resolução CONAMA nº 307, de 5 de julho de 2002 (e suas alterações/revogações contidas na Resolução CONAMA nº 448, de 18 de janeiro de 2012).

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE:

Este responsável pela demanda declara viável esta contratação.

16. RESPONSÁVEIS:

Marcelo Madruga Righi

Engenheiro Sanitarista

Mat. DAE 20391

Sant'Ana do Livramento – RS, 25 de fevereiro de 2026.